

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional | - Tipo: |

Nome Completo do Autor: Mayrany Biana Assunção
 Matrícula: 2019212301630351
 Título do Trabalho: Desafios impostos aos professores de Ensino Superior Público em Goiás no século XXI.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
 O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri 03/04/2021
Local Data

Mayrany Biana Assunção
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATU SENSU*) EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

**DESAFIOS IMPOSTOS AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO
NO BRASIL NO SÉCULO XXI**

IPAMERI/GO
2021

MAYRANE BIANA ASSUNÇÃO

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*) EM DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

MAYRANE BIANA ASSUNÇÃO

**DESAFIOS IMPOSTOS AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO
NO BRASIL NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Docência no Ensino Superior orientado pela Prof.^a HILMA BRANDÃO

IPAMERI/GO
2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

A AS851 Assunção, Mayrane Biana
d Os desafios impostos aos professores de Ensino
Superior público / Mayrane Biana Assunção;
orientadora Hilma Brandão. -- Ipameri, 2021.
21 p.

Monografia (Graduação em Especialista em Docencia
no Ensino Superior) -- Instituto Federal Goiano,
Campus Ipameri, 2021.

1. Universidade. 2. contexto Historico. 3.
Desafios. I. Brandão, Hilma , orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 3/2021 - CMPAIPA/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA Nº 03/2021

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00min (dez horas) reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de especialização, intitulado "**DESAFIOS IMPOSTOS AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL NO SÉCULO XXI**", de autoria de **Mayrane Biana Assunção**, discente do Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior, do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A sessão foi aberta pelo(a) presidente da Banca Examinadora, Prof. M.a. Hilma Aparecida Brandão, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida o(a) autor (a) para, em 30 min., proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o(a) examinado(a), tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**, com a média final **9,3**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, na área de concentração em Educação, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa de Pós-Graduação *Latu Senso* em Docência do Ensino Superior da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Conclusão de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Hilma Aparecida Brandão	IFGoiano - Campus Avançado de Ipameri	Presidente
Rhennan Lázaro de Paulo Lima	IFGoiano - Campus Avançado Ipameri	Membro interno

Juliana Kummer
Perinazzo Ferreira

Doutoranda em
Educação - UFU

Membro externo

Documento assinado eletronicamente por:

- Rhennan Lazaro de Paulo Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 31/03/2021 07:10:15.
- Juliana Kummer Perinazzo Ferreira, Juliana Kummer Perinazzo Ferreira - Aluno - Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (10651417000844), em 30/03/2021 20:47:39.
- Mayrane Biana Assunção, 2019212301630351 - Discente, em 30/03/2021 17:55:40.
- Hilma Aparecida Brandao, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/03/2021 17:29:51.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:



Código Verificador: 254672
Código de Autenticação: ccc5ddd259

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Avançado Ipameri
Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000
(64) 3491-8400

DESAFIOS IMPOSTOS AOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL NO SÉCULO XXI

MAYRANE BIANA ASSUNÇÃO

Orientador/a: HILMA BRANDÃO

Data da submissão: XX/XX/XX

Data da aprovação: XX/XX/XX

RESUMO

Os desafios impostos aos professores universitários na atualidade resulta neste projeto de pesquisa que tem como objetivo compreender sobre a história das universidades no Brasil e as transformações ocorridas no contexto acadêmico, de modo especial os desafios que as tecnologias impõem aos professores universitários no Século XXI. Parte-se de uma revisão bibliográfica pautada em autores que escrevem sobre a Universidade no Brasil. Concluímos, ao final, que a história da Universidade no Brasil surge tardiamente e desprovida de autonomia, caráter que permanece ao longo de todo o seu percurso histórico, mas constituiu-se também como importante fonte de poder pelo conhecimento produzido, mas também por sua capacidade de atuar politicamente para a construção de uma sociedade mais humana. Entretanto, o novo século traz alguns desafios, que exigem uma transformação em sua estrutura pedagógica, entre outras dimensões apresentadas na pesquisa.

Palavras-chave: Universidade. Contexto histórico. Desafios.

ABSTRACT

Many challenges are imposed on university professor. Those challenges result in this study project that aims to understand everything possible about the history of the universities in Brazil and the significant changes that have occurred in the academic context, specifically the challenges that technologies faced by university professors in the XXI Century. It is part of a bibliographical review based on authors who write about the University in Brazil. At the end of the study we concluded that the history of University in Brazil appears late and devoids of autonomy, a character that remains throughout its historical journey, but has also constituted an important source of power by the knowledge produced, and by its ability to act politically for the construction of a more humane society. However, the new century brings some challenges, which require a transformation in its pedagogical structure, among other dimensions presented in the research.

Keywords: University. Historical context. Challenges.

INTRODUÇÃO

Até pouco tempo, o Ensino Superior no Brasil era prioridade da minoria das pessoas, com isso, não queremos dizer que atualmente grande parte da população esteja cursando o nível universitário, mas apenas que para alguns hoje é possível, ainda que com grandes dificuldades, ter acesso à Universidade pública. Segundo dados do site da BBC, “no Brasil, 17% dos jovens adultos com idade entre 24 e 34 anos atingem o ensino superior. Em 2007, o índice era de 10%”. Portanto, embora numericamente os dados ainda não sejam ideais, podemos dizer que mais pessoas estão tendo acesso ao ensino universitário nos últimos tempos. Como podemos notar nos dados do ano de 2018 o aumento do acesso ao ensino superior chegando a 32,7% de jovens e adultos que estão tendo acesso ao ensino universitário, mesmo que ainda sendo restrito.

Ao adentrar em uma Universidade, pude escolher entre o curso de Letras e Pedagogia, optando pelo curso de Pedagogia, o que só foi possível pela localização, uma distância de aproximadamente 55 km da cidade de minha residência, graças a interiorização das Universidades em Goiás, um programa do governo do Estado de Goiás, que cria extensões da Universidade Estadual de Goiás em cidades do interior¹. Não se trata de aprofundar sobre o assunto, mas é importante situar sobre o lugar de fala nesse contexto para justificar o interesse pelo tema proposto.

Durante o curso me deparei com diversas dificuldades, como aluna do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), passava o dia todo em Pires do Rio e a noite tinha aula, só chegando em casa depois da meia noite. De maneira geral, posso dizer que apesar das dificuldades, contribuiu muito para minha formação, em função dos professores que eu tive, por quem tenho profunda admiração e respeito, sempre atuando da melhor forma possível para desenvolver um aprendizado de qualidade.

Entretanto, conviver no meio universitário, me fez perceber algumas dificuldades dos professores, que explicavam bem os conteúdos, mas enfrentavam problemas de todas as ordens, falta de materiais, livros, verbas, locais com melhores infraestruturas, e até mesmo dificuldades em lidar com o uso dos recursos tecnológicos, como o data show, um dos mais utilizados. Essas questões

¹A criação das UEG (Universidades Estaduais de Goiás) foi um sonho antigo e historicamente a proposta para a criação destas instituições de ensino superior público gratuito e de qualidade se iniciou na década de 1950, quando houve intensos debates entre os defensores do ensino público e do ensino privado. Como resultado desse processo foi criada as Universidades Católica de Goiás (UCG) EM 1959, e a Universidade Federal de Goiás em 1960. Nos dias de hoje a UEG se faz presente em 42 municípios.

resultaramem algumas inquietações, tais como por que a Universidade se desenvolveu tardiamente no Brasil e como se deu esse processo? Quais os grandes desafios impostos aos professores universitários, na atualidade?

Nosso objetivo ao entender as questões é compreender sobre a história das universidades no Brasil e as transformações ocorridas no contexto acadêmico, particularmente os desafios que se impõem aos professores universitários na atualidade. Para a efetivação desta pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos relacionados ao tema que será discutido. Segundo Gil (2002, p. 41):

A pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiarização com o problema com vistas a torná-los mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descobertas de intuições.

A pesquisa bibliográfica é entendida como pesquisa realizada de por meio de livros que versam sobre o assunto e que contribuirão com informações necessárias a elaboração do artigo. Segundo Gil (2002, p.44): “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para construção desse projeto foram utilizados diferentes livros e artigos científicos de autores como que escrevem sobre a Universidade no Brasil, como Cunha (2016), Brito; Cunha (2014);Dornfeld; Escolano (2009); Graça (2007). A partir dessas considerações o texto será dividido em dois tópicos. No primeiro, uma breve contextualização do processo histórico do Ensino Superior no Brasil. No segundo abordaremos sobre os desafios impostos ao professor universitário, no Século XXI.

1ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

Para entender os desafios impostos aos professores universitários neste novo século, consideramos relevante entender antes de qualquer coisa como a Universidade se desenvolve e quais os motivos de ter surgido tardiamente no Brasil. Como citado por TEIXEIRA (1999 apud BRITO; CUNHA, 2014) faz uma análise crítica quanto a formação de um pensamento de universidade brasileira, bem como de seu legado, mostrando que na América Latina, enquanto alguns países, como a Espanha, que no momento de sua independência já contava com cerca de 26 Universidades, no Brasil isso ocorre de forma

diferenciada, os brasileiros estudavam nas Universidades portuguesas da Metrópole: Coimbra e Évora. Segundo Brito; Cunha (2014, p. 47), os motivos “estão ligados diretamente ao receio de que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas”.

Com isso, infelizmente os estudantes só poderiam estudar nas Universidades Portuguesas, sem uma oportunidade de escolha se tornando dependente da educação e de país.

Entretanto, é possível localizar iniciativas que buscam implantar Instituições de Ensino Superior no país. Assim, as primeiras escolas de ensino superior surgem já no ano de 1808. Conforme Brito; Cunha (2014, p. 48):

Os cursos de Cirurgia na Bahia, Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, ambos datados de 1808; a Academia Real da Marinha e Real Militar (1810); a Escola de Agricultura (1812); a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816); o curso de Química (1817), de Desenho Industrial (1818) e posteriormente os cursos jurídicos (Convento de São Paulo e Mosteiro de São Bento, em Olinda) e a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, fundada em 1908 no mosteiro Beneditino de São Paulo, podem ser considerados como os primeiros passos para a formação de uma consciência universitária no Brasil.

As autoras apontam que tais iniciativas têm como objetivo garantir que as oligarquias agrárias se mantivessem no ritmo de desenvolvimento da época. Sendo assim, as primeiras instituições são criadas para atender a elite brasileira. O ensino superior se desenvolveu lentamente porque seguiam com o objetivo de formar e assegurar diplomas profissionais para a elite com o intuito de ocupar cargos privilegiados no mercado, mas não ocorreu nenhuma mudança em relação ao sistema de ensino em si. Brito; Cunha (2014, p. 48) localizam a história do Ensino Superior no Brasil.

Sob três dimensões: os Estudos Superiores introduzidos pelos Jesuítas através da Companhia de Jesus; as Escolas Superiores que emergem com a Reforma Pombalina e a Criação da Universidade, esta última, inicialmente por pensamentos privatistas e posteriormente por decretos federais.

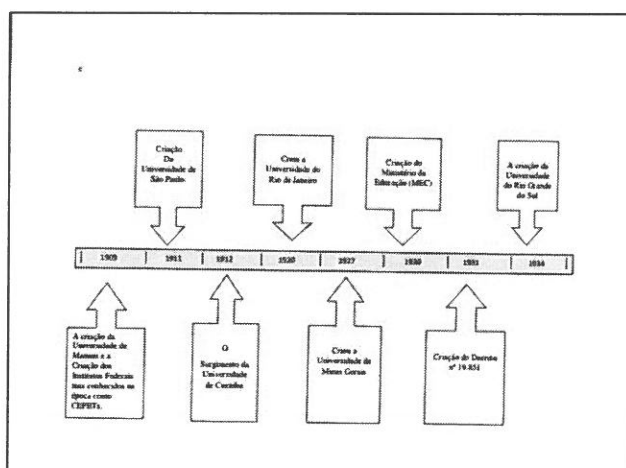
Embora não pretendamos aqui uma análise exaustiva sobre o tema, o fato é que as autoras nos apontam que ainda que com esta finalidade essas iniciativas foram importantes para que um pensamento universitário fosse formado no país. Segundo Brito; Cunha (2014)

Se isso por um lado denunciou as verdadeiras intenções políticas da época a respeito da presença/ausência de Universidade no Brasil, por outro, confluíu para o fortalecimento do movimento provocado por pensadores liberais a respeito da necessidade de se fazer presente o espaço universitário brasileiro como forma de organização política e intelectual num país que crescia rumo à democracia. (p.49)

O que observamos com as leituras é que em relação às Universidades no país essa situação permanece após o período de independência e mesmo após o período republicano. Como não há grandes investimentos na criação dessas instituições no país, além das iniciativas citadas acima são identificadas também iniciativas privadas, influenciadas por pensadores liberais. As autoras Brito; Cunha (2014) apontam que foram criadas em 1909² a Universidade de Manaus, em 1911 a Universidade de São Paulo e em 1912 a Universidade de Curitiba, que sem apoio político e do Governo Federal são extintas.

Já a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 adquire o *status* de Universidade, o que se justifica segundo Brito; Cunha (2014; p. 50) “pelo fato de ter sido criada sob autorização legal conferida pelo Presidente da República, Epitácio Pessoa. Nascida genuinamente da iniciativa pública, a mesma resultou da reunião das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito”. A importância da criação dessa Universidade está principalmente no fato de ter servido de referência para a criação de outras Universidades no país, entre elas a de Minas Gerais (1927), e a do Rio Grande do Sul, em 1934. Como podemos observar a seguir a imagem da linha do tempo apresentando toda a trajetória de criação das Universidades e Institutos na Pag.09:

Imagem 1- Trajetória das Universidades de Ensino Superior



Fonte: BRITO Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria da Oliveira. Revisitando a História da docência. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**,(S.l.),v.1,n.12,out.2014.Disponível em:<<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3105>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

Organização. ASSUNÇÃO, Mayrane Biana, 2020

²E importante abordar também que em 1909 foi criado os Institutos Federais de Educação, mas conhecidos nesta época como CEFETs que são autarquias de educação profissionalizante em nível técnico e superior constituído a partir das antigas escolas técnicas. E nos anos de 1909 a 2002 foram construídas ao todo 140 escolas técnicas no país, oferecendo diversos cursos técnicos aos alunos.

Importante também ressaltar que a criação do Ministério da educação em 1930, com a Revolução de 1930 foram marcos importantes para o Ensino Superior no Brasil. A partir de sua criação são tomadas algumas medidas, como o Decreto nº 19.851, criada em 1931 dispunha que o ensino superior no Brasil deveria obedecer de preferência o sistema universitário podendo ser ministrado em institutos isolados, onde a organização e a técnica administrativas das universidades são no presente decreto regendo-se os institutos isolados através dos regulamentos observados aos dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras, no qual também é denominado como Estatuto das Universidades Brasileiras, para a organização das instituições de ensino superior, sendo este Decreto substituído por outros ao longo do Século XX. Como já dissemos não interessa aqui apontar todos os Decretos, mas mostrar que essas iniciativas fazem com que a partir daí, embora de modo considerado lento e sem um caráter autônomo, as Universidades começam a se espalhar no Brasil. Acerca desse assunto Gomes; Machado-Taylor (2018) afirmam que:

As universidades públicas no Brasil foram criadas a partir dos anos 1930, com a junção de escolas superiores de formação profissional e com a transformação das escolas confessionais existentes, expandindo-se em todos os grandes centros. A partir dos anos 1970, observa-se o aumento na quantidade de universidades estaduais, assim como de IES privadas e o ensino superior particular ganha força.

Dentre as Universidades surgidas até então Brito; Cunha (2014, p. 53) analisa que:

A Universidade dessa época era crítica, marcada pela possibilidade de mudança, de produção. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi o ponto de partida/chegada para aqueles que planejavam repensá-la e, sucessivamente, a USP, o ITA, a UNB, podem ser apontados como peças-chaves da história da Universidade brasileira. Após a criação de uma estrutura psicológica coletiva sobre os rumos e desenvolvimento dessa Universidade Crítica, a Reforma Universitária passa a ser o próximo passo para a manutenção dessa utopia: a autonomia e liberdade de organização e de expressão.

A década de 1960 é bastante representativa no que tange aos movimentos em busca de uma reforma universitária, por influência desse espírito crítico e fortalecido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiadora dos professores quanto a busca de melhorias para a Universidade brasileira. Conforme Brito; Cunha (2014, p.56) resulta desse movimento:

Criação de institutos de pesquisa; organização do regime departamental; trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira docente tendo como orientação a formação destes através dos cursos de pós-graduação, de tempo de serviço e de realizações profissionais; remuneração justa aos professores e assistência aos estudantes, como bolsas, alimentação, alojamento e

trabalho remunerado dentro da Universidade; e incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica.

Esses movimentos sociais cada vez mais se fortalecem. Entretanto, ao se intensificar, logo o Estado passou a defender sua bandeira, e após o golpe militar de 1964, a incorpora, segundo Brito e Cunha para apoiar apenas no sentido de modernização do ensino superior. Assim, a Lei 5.540 de 1968 cria a Reforma Universitária, antes pensada por professores e alunos. Brito; Cunha (2014, p. 57) afirmam que isso:

Afetou toda a organização política e pedagógica desses espaços formativos, alguns aspectos pedagógicos (a concepção de se ensinar, pesquisar e estender tais estudos) e administrativos foram se constituindo e ganharam legitimidade junto aos professores, alunos e administradores de tais instituições – é o movimento contraditório da ditadura frente à realidade da Universidade.

Assim, de modo bastante contraditório percebemos que a Universidade vista como dotada de poder e como espaço de formação profissional e política se fortalecem com o Regime Militar. Segundo Brito; Cunha (2014, p. 57)

As mudanças ocorridas na estrutura interna da Universidade, a nosso ver, foram motivadas por duas forças antagônicas: aquelas que acreditaram na sua autonomia frente aos interesses do Estado e aquelas que, por saberem de sua força e de sua importância, tentaram condicioná-la a uma submissão. E essa relação é a fonte de suas contradições pela busca, ora pela autonomia, ora pelo poder.

Já em 1988 a Constituição Federal regulamenta a Universidade, conforme Art. 207 “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988)

A Constituição de 1988 representa o direito de autonomia da Universidade. Entretanto, o histórico do ensino superior desde a sua criação nos mostra como exposto por Brito; Cunha(2014, p. 51), que uma característica predominante é a de uma,

Falsa autonomia da Universidade brasileira, desde então, bem como a facilidade de ter nessa Instituição uma aliada na perpetuação de um poder hegemônico por parte do Estado, cobraram desta um preço que virou o seu paradoxo: liberdade/autonomia, poder, produção de conhecimento, reconhecimento social. Na verdade, esse mesmo paradoxo passou a ser sua condição de existência no seu movimento, que, durante sua história, se fez valer tanto nos movimentos sociais (ao pensar numa universidade mais democratizada e autônoma diante do Estado) como nos movimentos da organização do Estado Brasileiro (tendo-a como uma aliada na forma de organizar politicamente o país).

Outro importante marco para o Ensino Superior no Brasil diz respeito à LDBEN (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), Lei 9394/96, por meio da qual se permite a abertura das Instituições de Ensino Superior de iniciativa privada, aumentando a quantidade de Universidades brasileiras. Entretanto, isso não significou um acesso para a grande maioria de brasileiros ao ensino universitário. Ademais, o fato é que atualmente ocorreu um aumento de matrículas nas Universidades e Institutos Federais segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2017, publicados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018, p.05),

O Brasil tinha 296 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.152 privadas, o que representa 87,9% da rede. Das públicas, 41,9% são estaduais; 36,8%, federais e 21,3%, municipais. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Das 2.448 IES brasileiras, 82,5% são faculdades. As 199 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,1% do total de IES. Por outro lado, 53,6% das matrículas da educação superior estão concentradas nas universidades. Apesar do alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 1/4 dos estudantes. Em 2017, 35.380 cursos de graduação e 63 cursos sequenciais foram ofertados em 2.448 IES no Brasil. Dois terços das IES oferecem 100 ou mais cursos de graduação e 26,7% das IES ofertam até dois cursos de graduação. Em média, as IES oferecem 14 cursos de graduação; 92% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial. O grau acadêmico predominante dos cursos de graduação é o bacharelado (58,7%).

Com isso, embora os dados comprovem um aumento considerável, como resultado da ampliação e interiorização das universidades, o fato é que o Brasil ainda possui baixos índices de escolarização em relação ao Ensino Superior. Reconhecemos que esse processo possibilitou o que antes era inimaginável, mas algumas questões ainda permeiam o contexto universitário, que na atualidade tem a garantia de se constituir como autônoma, mas de modo a camuflar o efetivo controle exercido sobre ela. É possível verificar a pressão exercida sobre a Universidade observando os parâmetros utilizados para avaliar a qualidade dos Cursos de Graduação, conforme Gomes; Machado- Taylor (2018, p.136)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC) conceberam o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado uma vez por ano, logo após a publicação dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Com isso, as Universidades também passam por um controle oriundo das políticas neoliberais, que visam controlar e de certa forma desarticularem as formas de poder vivenciadas em seu contexto. Atualmente é cada vez mais comum encontrar propagandas de Cursos à distância, que garantem certificados em menos tempo e sem as exigências impostas a

Universidade Pública. Tudo isso, impõe para o Século XXI alguns desafios, assunto que abordaremos no próximo tópico.

2UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS TECNOLÓGICOS IMPOSTOS AOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO SÉCULO XXI

Como vimos, a década de 1980 representou o fortalecimento das políticas neoliberais e uma tendência mundial. Segundo Brito; Cunha (2014, p. 60) isso enfraquece o Estado Nacional e toda sua estrutura, levando ao questionamento do papel da educação pública e gratuita, bem como da responsabilidade do Estado em arcar com esses gastos. Assim, segundo as autoras:

Tal modelo depõe a favor da forma mais elaborada que o capitalismo atingiu nas últimas décadas. E nos Estados Unidos isso já é uma realidade. Para o autor, o modelo consiste em considerar a Universidade:[...] neoliberal porque se orienta não mais para as necessidades da nação, mas para as exigências do mercado; porque se vê como um empreendimento como tantos outros, sendo preferível que sua iniciativa seja privada, não pública [...] porque passa a se definir como um espaço onde o indivíduo busca instrumentos para o seu sucesso e não onde a sociedade habilita indivíduos para o seu serviço. [...] globalista porque é o mundo que importa e não mais a nação,

Isso justifica investimento em Instituições particulares, conforme dados do INEP, representando 87,9% da rede. Assim, a Universidade passa a ser vista com as mesmas leis do mercado, o que se apresenta como um dos grandes desafios para a Universidade Pública no país. Isso porque o ensino e toda produção acadêmica pensados dessa forma diminui ainda mais a autonomia das universidades, além de não possibilitar a formação de um pensamento crítico. A tarefa da Universidade passa nesse contexto a se vincular a formação e desenvolvimento de mão de obra para o mundo trabalho, ao mesmo tempo que promove a “coesão social”. Segundo Svartman (2016, p. 324)

Observa-se nesse processo uma redução do sentido da *autarquia universitária*: se antes essa noção estava ligada a uma indissociabilidade entre meios e fins e a uma relação mediatizada de atendimento de necessidades sociais, agora a adaptação e o atendimento dessas necessidades devem ocorrer de maneira imediata.

Dessa forma, a Universidade deixa de ser pensada prioritariamente como instituição pública e passa a ser substituída por um modelo que se apoia em princípios tecnocráticos e de eficiência, encontrada nas diversas formas atuais de privatização do público. Essa é uma realidade que faz com que cada vez mais as Universidades Públicas não sejam interessante para uma parte do público estudantil, que buscam cursos com menor tempo de duração e com

menos exigências, procurando universidades privadas que geram com maior rapidez os certificados para que possam adentrar no mundo do trabalho mais cedo. Essa é uma das realidades que contribuem para a desvalorização do público. De modo especial, pelas exigências impostas aos seus alunados de cumprirem todos os requisitos necessários para a conclusão do curso. Assim, o que pode ser defendido como seu ponto forte, pois é evidente a qualidade que resulta de tais exigências, mas faz parte de um discurso que preza pela rapidez dos resultados.

Decorre daí outra questão também colocada por Svartman (2016, p. 323), que diz respeito “ao discurso sobre a necessidade de “modernização da universidade” veiculado por seus próprios gestores e pelas mídias.” Essa expressão é utilizada segundo o autor para que se justifiquem as iniciativas que a aproximam cada vez mais do mercado, privatizando serviços universitários e levando a precariedade das condições de trabalho. Pensada dessa forma, tanto os gestores quanto o poder público “parecem escamotear intencionalmente o fato de que a atual crise envolve uma disputa sobre o papel social da Universidade Pública e sua forma de inserção no tempo histórico, ou seja, sobre sua função pedagógica e política”. Assim, por traz da política de modernização se esconde o papel social da Universidade Pública, que tem importante função quanto à formação pedagógica, mas que pode influenciar politicamente os discentes, o que na perspectiva das políticas neoliberais não é vantajoso.

Não estamos aqui negando que a modernização seja importante, sem dúvida a Universidade brasileira precisa de grandes investimentos, de melhorias em suas estruturas como, por exemplo, investir em laboratórios de pesquisa, em bibliotecas, as salas de aula e queremos também chamar a atenção para a forma à modernização deve ser entendida no contexto universitário. Fica óbvio que com o alto nível de desenvolvimento alcançado pelas inovações tecnológicas a informação hoje está disponível e de modo interligado mundialmente. Dentro disso, a própria Universidade assume formas diferentes, semelhante às exigências impostas pelo mercado. Dentro disso, como aponta Cunha (2016, p. 89) “é preciso repensar a universidade no contexto de suas políticas e formas de produção e distribuição do conhecimento”.

E, esse é um dos grandes desafios que se coloca para os professores universitários no Século XXI, que envolve vários aspectos, entre eles, o do conhecimento, pois os alunos estavam acostumados a encontrar-lo nos livros didáticos ou nos saberes transmitidos pelos cientistas ou professores. Conforme Cunha (2016, p. 91):

A rapidez com que esse processo se instituiu atrapalha, ainda, aqueles que adentram a aula cotidianamente. O avanço da tecnologia digital atingiu a educação

escolarizada noseu âmago: não mais é preciso frequentar os bancos escolares e acadêmicos parater acesso à informação.

Como decorrência dessa situação Dornfeld; Escolano (2009, p. 374) defendem que “o advento da economia globalizada e a forte influência dos avanços meios de comunicação e dos recursos da informática não comportam uma prática pedagógica conservadora, repetitiva e acrítica”. Posto isso, é urgente pensar que no contexto de um mundo tecnológico a Escola, inclusive a universitária não pode mais ser vista como detentora do conhecimento, que está disponível em rede para todos, para tal basta que as pessoas tenham curiosidade por ele. A questão nas palavras de Cunha (2016, p. 92), é da forma como é colocada “a inovação é compreendida como a inclusão de aparatos digitais e tecnológicos nas instituições de ensino”. Entretanto, essa é uma forma reducionista de abordar o tema. É preciso reinventar o papel da escola e da universidade nesse novo contexto.

Assim, chegamos a outro desafio ao professor neste início de século. Pensar um planejamento que inclua as inovações tecnológicas. O professor é um elo entre a universidade e o aluno acadêmico, no caso do professor de licenciaturas especificamente, sendo um pesquisador de novas práticas de ensino acaba oferecendo mudanças que serão apontadas no decorrer das aulas ministradas em sala. Para tal, é necessário que o professor esteja atualizado e que saiba fazer uso das novas tecnologias e de recursos de ensino, buscando conduzir e auxiliar tanto os professores quanto os alunos. Segundo o site Transformação Digital (2018, p. 04):

As novas tecnologias e novos recursos poderão auxiliar no seu fazer pedagógico, a tecnologia tem o poder de dinamizar a sala de aula, saindo de um ambiente monótono, na qual um fala e todos escutam para um ambiente acolhedor, dinâmico com possibilidades de discussões e debates. É interessante dizer que o papel do professor diante das tecnologias é mais do que ensinar, é possibilitar aos alunos acessos aos recursos tecnológicos acompanhando-os, monitorando e viabilizando a discussão, a troca de ideias e experiências para a aquisição de conhecimentos.

É importante que o professor seja capaz de planejar as aulas, privilegiando a discussão, estimulando curiosidades e habilidades intelectuais dos alunos, que permitam a trocar experiências e ideias mútuas. Para que essas mudanças realmente ocorram é necessário que os docentes se entusiasmem quanto à adequação dos recursos tecnológicos e didáticos, oferecendo aos alunos aulas diferenciadas e não priorizando apenas as aulas expositivas, ainda

presente nas escolas e nas universidades. Entretanto, apenas a inovação tecnológica não garante êxito ao professor. Conforme Cunha (2014, p. 94):

As inovações se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências, nas quais se imbricam objetividade e subjetividade, senso comum e ciência, teoria e prática, cultura e natureza, anulando dicotomias e procurando gerar novos conhecimentos,

Isso exige uma mudança de paradigmas no meio universitário. Ludke (2002) discute que as mudanças de paradigmas na educação são necessárias, orientando o professor sobre as novas práticas, as quais estão sujeitos a assumir compromissos para os quais não estavam preparados, mas que os desafiam nesse início do século XXI. Logo torna-se importante que o professor tenha conhecimento em sua formação como docente a respeito das discussões atuais relacionadas a atividades sociais, educacionais e também culturais. Ludke (2002, p. 51) propõe que o professor precisa ser também ser um pesquisador. Assim,

O futuro professor que não tiver acesso à formação e a prática de pesquisa terá [...] menos recursos para questionar devidamente sua prática e todo o contexto no qual ela se insere, o que levaria em direção a uma profissionalidade autônoma e responsável. Trata-se, pois de um recurso de desenvolvimento profissional na acepção mais ampla que esse termo possa ler.

Com isso, as mudanças a respeito da atuação do professor só serão concretizadas se o professor estiver atualizado a respeito da sua ação que deve associar teoria e prática. A utilização dos materiais didáticos e as tecnologias aliadas às práticas pedagógicas são capazes de despertar nos alunos um interesse pelo conhecimento. Nessa perspectiva Cunha (2016, p. 92) chama atenção para a importância de em primeiro lugar diferenciar informação de conhecimento:

A informação resulta da exposição mais ou menos sistematizada do avanço da ciência e da experiência humana que gera um conjunto explicativo sobre determinado fenômeno. É generalista e se destina a favorecer a base que contribui para o avanço da ciência. O conhecimento, entretanto, é mais complexo, pois assume a subjetividade como um valor. O conhecimento deriva de um ato pessoal, autobiográfico, como afirma Santos (1988), no qual o sujeito interfere e ressignifica a informação, segundo suas formas de ver o mundo e a finalidade de sua aprendizagem.

Devemos reconhecer que os recursos didáticos são essenciais dentro do mundo da educação e que o uso deles não é um fator recente, assim como permitem uma interação entre o docente e o aluno por meio da transmissão de ensino-aprendizagem. Esse processo ocorre de

forma clara quando as ações desenvolvidas são bem interpretadas e o uso das tecnologias e dos materiais tem que ser pensado e planejado, porque cada um desses recursos tem sua contribuição se forem bem trabalhados. Segundo Graça (2007, p. 17):

A utilização da tecnologia na educação propõe uma nova forma de atuação dos professores, não se limitando apenas a uma simples utilização tecnológica, mas sim a uma nova forma de ensinar e aprender, deixando o professor ser um transmissor de conhecimento e passando a ser facilitador desse conhecimento, por meio de aulas diferentes, dinâmicas que atendem a essa nova geração tecnológica, na qual estamos vivendo.

A tecnologia é um suporte que tem como objetivo dar uma complementação das aulas e não substituir os professores, as suas funções são bem claras quanto à perspectiva de aproximar o aluno da realidade, e não apenas ensinar, motivando assim as aulas e também facilitando a aprendizagem. Assim como defendido por Cunha (2016, p. 93):

É preciso interagir com a ideia de conhecimento em movimento, sempre relativo e passível de mudança. A certeza, acarinhada pela avaliação escolar, a resposta única e certa, exigida dos alunos por meio de repetições do que diz o professor ou o livro, perde sentido. Ao contrário, a dúvida é reconhecida como o motor da geração de informações e do conhecimento dos sujeitos. O professor, acostumado a pedir respostas de seus alunos, tem de aprender a estimular e a valorizar a pergunta. Tem de ensinar a perguntar. Precisa incorporar a dúvida como um valor, o que altera substancialmente o papel que desempenhou na história da profissão.

Pensar o conhecimento de uma nova forma exige do professor uma alteração em relação as bases epistemológicas da própria prática pedagógica, possível apenas quando este reconhece a necessidade de uma ruptura paradigmática que envolva um trabalho consciente e comprometido com a transformação. Para tal, formar pedagogicamente o professor Universitário torna-se importante, independente do curso que atue, pois nesse contexto digital, as aulas expositivas não são mais suficientes. Cunha (2016) afirma que é necessário pensar no processo de democratização do ensino público como forma de emancipação, comprometida com a mudança social, de modo a cumprir com a função que se constitui como seus pilares: ensino, pesquisa e extensão, o que nós concordamos e concluímos com este trabalho.

Justamente este papel da universidade é o que claramente tem sido desarticulado pela influência das políticas neoliberais. E nos tempos atuais esta ocorrendo um desinvestimento nas Universidades e Institutos Federais, onde o governo esta realizando cortes nos orçamentos das Universidades e Institutos federais chegando a 1,4 bilhões e 30 % esta relacionada às despesas discricionárias como conta de água, luz e serviços de limpeza. Logo, os desafios são complexos e exigem um repensar toda a estrutura de funcionamento da

Universidade, de modo a propiciar uma maior aproximação dos professores com os alunos, assim como dos professores com os recursos tecnológicos, entre outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa discussão não com um trabalho acabado, mas com o entendimento de algumas questões que permeiam o processo de consolidação da Universidade Pública brasileira, desde o seu percurso histórico, bem como tecendo algumas considerações acerca dos desafios impostos aos professores universitários neste início do Século XXI³, frente às políticas neoliberais e atreladas a elas o contexto das inovações tecnológicas que ocorreram nos últimos tempos, levando a uma necessidade de pensar mudanças para a própria forma de perceber o conhecimento.

As leituras sobre o tema me fizeram perceber que historicamente a Universidade, no Brasil, surge tardiamente, se comparada a outros países da América Latina. No Brasil, os primeiros movimentos que resultam na origem da universidade ocorrem no início do Século XX, num período pós república, influenciada por tendências estrangeiras. Como apontam Brito; Cunha (2014) de 1910 a 1930 a educação superior no Brasil inspirou-se no ideário francês, tendo como meta principal a formação de profissionais liberais. No período de 1930 a 1945 a Universidade brasileira é influenciada, segundo as autoras pelos ideais defendidos pela Universidade alemã, que defende o *livre pensar*, o incentivo à pesquisa e a participação da Universidade na vida política do país. E, por fim, o modelo norte-americano de universidade, visando atender uma demanda que atenda aos interesses do mercado, o que se intensifica no período posterior a II Guerra Mundial, depois de 1945, no contexto desenvolvimentista e da Ditadura Militar.

Assim, historicamente, o surgimento das Universidades Federais no Brasil, liga-se a satisfação de interesses governamentais, restringindo-se, portanto, a autonomia. O Estado interferia, conforme exposto, em todos os setores, sendo o responsável por nomear diretores, controlar o orçamento, distribuir cátedras e inclusive na área pedagógica, controlando os

³Esta pesquisa não abordou sobre o coronavírus por ter sido realizada antes da pandemia, um período em que as pessoas tiveram que se manter isoladas para evitar o espalhamento do vírus. Os professores e os alunos enfrentam um dos maiores desafios onde deixaram de dar aulas presenciais e passaram a dar aulas online, muitos professores tiveram que se adaptar a esse novo ensino e se familiarizar ainda mais com os recursos tecnológicos, não só os professores mas os alunos também tiveram que se adaptar a essa nova aprendizagem.

currículos e a forma de ministrar as aulas, mantendo o poder e o status das classes dominantes brasileiras, no início do século XX. Este se apresenta como um dos grandes problemas apontados pelos autores abordados aqui, refletindo no paradoxo que vive hoje a Universidade brasileira do saber desinteressado.

Contraditoriamente, vimos também que o Regime Militar foi o período mais intenso para a formação de consciência política e profissional adquiridos pela Universidade. Entretanto, o fato de se ter um avanço nesse sentido traz também a necessidade de reflexão sobre a perseguição sofrida por esta ditadura, que persegue alunos e professores, resultando em uma crise que traz, professores em sala de aula x pesquisadores em seus laboratórios, deixando que apenas os sindicatos tratem de outras questões, como a carreira docente, estrutura, autonomia universitária, entre outros.

Em relação a década de 1980 podemos identificar a Universidade brasileira como protagonista do movimento pela democratização. A partir daí se tem um avanço nas pesquisas desenvolvidas que traziam importantes reflexões sobre a sociedade, a educação, mas também sobre outros setores, da vida social e política do país. Entretanto, o fortalecimento do neoliberalismo, enfraquecimento Estado Nacional e, conseqüentemente, a estrutura pública estatal, traz questionamentos em relação à função e finalidade da educação pública e gratuita, mantida pelo Estado, colocando em xeque a existência das Universidades Públicas.

Por fim, podemos concluir que a história das Universidades no Brasil é permeada pela influência de modelos estrangeiros, conforme os interesses de cada momento histórico vivido, tanto quanto ao aspecto político quanto econômico, mas que não se tornam um projeto duradouro. E, ao refletirmos sobre o seu percurso histórico nos deparamos com essas influências, que acabam por resultar em uma Universidade, que apesar de cumprir bem o seu papel, ainda não é vista como espaço para pensar uma nova sociedade. Uma questão complexa, mas que precisa ser pensada respeitando-se o tempo histórico e as condições políticas e econômicas de cada época.

Dentro disso, faz-se necessário pensar que hoje a Universidade vive um momento no qual precisa refletir sobre o seu papel na sociedade e empreender esforços para se fazer reconhecida como um espaço institucional, que, a nosso ver, deve atender a educação pensada em formar uma sociedade mais humana, o que requer repensar, inclusive a prática pedagógica.

REFERENCIAS

AMARAL, Luciana. **MEC deve cortar R\$1,4 bilhão de verba das Universidades e Institutos em 2021**. Publicado em 07 ago. 2020. Brasília. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/07/mec-deve-cortar-18-do-orcamento-de-universidades-e-institutos-em-2021.htm> Acesso em: 26/03/2021

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria da Oliveira. Revisitando a História da docência. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, (S.l.), v. 1, n. 12, out. 2014. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3105>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, Capítulo III, Educação, cultura e de esporte, Seção 1 –Educação**. Ano: 1988, acesso em: <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Com acesso em: 29/01/2021.

BRASIL, **Legislação Informatizada- Decreto n.19.851 de 11 de Abril de 1931**. Disponível em: <http://w.w.w.Camara.leg.br> Acesso em: 26 març. 2021

BBC NEWS. **Mais da metade dos brasileiros não tem diploma do Ensino Médio, aponta OCDE**. Publicado em 11 de set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/>. Acesso em 28/01/2021.

CUNHA, Maria Isabel da. **Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência**. Em aberto, Brazilian, v.29 n. 97. p. 87-101, set/Dez. 2016 Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3172/2907>. Com acesso em 27/01/2021

DORNFELD, Carolina Buso; ESCOLANO, Ângela Coletto Morales. **Didática e práticas pedagógicas no ensino superior: a visão dos alunos de um curso de graduação em Ciências Biológicas**. Educação Santa Maria, v. 34, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2009 373. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Com acesso em: 20/01/2021.

GIL, Antônio, C, **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Valter. MACHADO-Taylor, Maria. de Lurdes, & Saraiva, E. V. (2018). **O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO**. *Ciência & Trópico*, 42(1). Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1647>. Acesso em 29/01/2021.

GRAÇA, Ana. **Importância das TIC na sociedade actual**, 23 fev.2007.Disponível em: http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/tic/10importantic.htm3vermais
_ Acesso em: 20 març. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar,2017, Brasília: MEC, 2018. JANUZZI, Paulo.

LIMA, Wellcherline Miranda. **O ensino na educação superior: Um olhar a partir da relação com o saber**. In: Revista Educação Online, n. 19, jun. ago., 2015, p.149-165. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/181>. Acesso em: 20/01/2021.

LUDKE, Menga. **A complexa relação entre o professor e a pesquisa**. IN: André, Marli. (org). O papel da pesquisa a formação e na pratica dos professores. (Serie Prática Pedagógica). 2 ed. Campinas. Papirus, 2002.

NITAHARA, AKEMI, **Acesso ao nível Superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais**. Net. Rio de Janeiro, Nov. 2019. Agencia Brasil. Disponível em: <http://w.w.w.agenciabrasil.ebc.com.br>Acesso em 25/03/2021

OLIVEIRA, Ribamar Oliveira, **Governo corta até 52% da verba de universidade**, São Paulo, 08 maio 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/05/08/governo-corta-ate-52percent-da-verba-de-universidades.ghtml>
Acesso em: 26/03/2021

SVARTAMN, Bernardo Parodi. **A universidade pública em tempos neoliberais**:comentários sobre o livro universidade, cidade, cidadania.Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100323
Com acesso em 01/02/2021.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, **O papel do professor diante das tecnologias na educação**. Equipe TD, 2018. Disponível em: <http://transformaçãodigital.com> Acesso em: 19 Març. 2020

VASCONCELLOS, Maura Maria Morita; OLIVEIRA, Cláudia Chueire.Docência na universidade: compromisso profissional e qualidade de ensino na graduação. **Educação**. Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2011. Disponível em: periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/.Com acesso em: 12/01/2021